

POLÍTICA LINGUÍSTICA: INSTRUÇÃO EM LIBRAS DOS PROFESSORES OUVINTES

Linguistic policies: non-deaf teachers lecturing in Libras

Lucio Lugão de Macedo¹

RESUMO

Este artigo tem como foco falar da pesquisa sobre professores ouvintes e a instrução em Libras para alunos surdos no ensino superior. Esta prática proporciona ambiente confortável na sua própria língua e observando a interação entre professores e alunos e a relação com a construção da aprendizagem e de conhecimentos novos, sem a necessidade constante de intérprete de Libras. Versa sobre a importância de professores bilíngues e, sobretudo, a interação entre professores e estudantes e o uso da língua de sinais no cotidiano do Ensino Superior. É necessário que os professores conheçam mais sobre a língua e cultura surdas, também sobre educação bilíngue e sobre as políticas linguísticas do país. Dessa forma, seria possível mudar e melhorar a qualidade da metodologia usada no Ensino Superior bilíngue, conseguindo estabelecer políticas e ações que favoreçam o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades surdas. Espera-se que este trabalho colabore na formação de professores, discutindo sobre o papel que estes ocupam em sala, pensando em como diminuir os prejuízos e empecilhos encontrados pelos surdos no seu processo de aprendizagem, ainda que em espaços com propostas bilíngues. É necessário que, cada vez mais, dis-

¹ Especialista em Educação Bilíngue para surdos pelo INES. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: luciomacedo2@gmail.com

cussões sobre o ensino e aprendizagem em língua de sinais tenham espaço nas pesquisas.

Palavras chave: Instrução em Libras. Educação Bilíngue. Ensino Superior. Política Linguística.

ABSTRACT

This paper aims to present a research on lecturing in "Libras" (Brazilian Sign Language) by non-deaf teachers to deaf students in higher education. This practice grants a comfortable environment for the students, by the use of their own language and allowing more interaction between the professor and the students in the process of knowledge building, without the mediation of an interpreter. The paper stresses the importance of Libras fluent professors and, mainly, of the direct interaction between the professor and students using Libras in the daily activities of higher education. Improving the knowledge of professors on deaf language and culture, on bilingual education and on the country's linguistic policies is key to achieve this goal. Thus, it would be possible to change and improve the quality of the methodology used in bilingual higher education, establishing policies and actions that favor the development and empowerment of the deaf communities. This work hopes to collaborate in the construction of a policy to prepare professors, through the discussion of their role in the classroom, looking for ways to reduce the losses and hindrances faced by the deaf in their learning process, even in bilingual spaces. More and more, it is important that researchers and scholars discuss the use of sign language in higher education.

Keywords: Lecturing in Libras. Bilingual education. Higher education. Linguistic policies

INTRODUÇÃO

A legislação da Libras, a educação de surdos e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como língua oficial das comunidades surdas do Brasil pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trouxeram mudanças significativas para educação dos surdos e garantia do direito linguístico dos cidadãos surdos.

O artigo 05, do Decreto n 5.626 (BRASIL, 2005), determina que a formação docente para o ensino de LIBRAS na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e língua portuguesa escrita tenham se constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. Assim, de acordo com Quadros (2005), “o bilinguismo pode ser considerado, entre tantas possíveis definições: o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais” (p.27).

A atual política educacional bilíngue é muito importante para a comunidade surda. Ela valoriza o conhecimento da língua de sinais como língua de pensamento das pessoas surdas, incentiva o português como segunda língua para que a inclusão dos surdos na sociedade ouvinte seja facilitada, além de valorizar o conhecimento da língua de sinais por ouvintes, de modo a possibilitar uma interação maior entre surdos e ouvintes. A Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05 são marcos na ampliação destas políticas e na própria mudança em relação à língua de sinais. Outras leis que também contribuem para a acessibilidade das pessoas surdas são: 12.319/13, que regulamenta a profissão de intérprete de LIBRAS; e a Lei 10.098/00, que fala da importância da acessibilidade das pessoas surdas em diferentes espaços sociais e culturais.

Sobre Ensino Superior, sabemos que, atualmente, os cursos de Pedagogia e outras Licenciaturas e os cursos de Fonoaudiologia têm a disciplina de Libras como obrigatória. Assim, todos os futu-

ros professores têm contato com a Libras, ainda que pouco. No entanto, é preciso mais. Os professores precisam compreender importância de o aluno surdo ter contato com outros surdos fluentes em Libras, respeitar a língua de sinais e a língua portuguesa igualmente e conhecer as duas línguas.

Portanto, o movimento de luta da comunidade surda não parou. Atualmente, está em pauta reivindicatória a disseminação da educação bilíngue para surdos. Durante o tempo em que cursei a pós-graduação em um curso bilíngue, experimentei aulas com professores ouvintes que sabiam e que não sabiam língua de sinais. Os que sabiam podiam dar aulas ou explicações diretamente em Libras; os que não sabiam, eram acompanhados por intérpretes que faziam a tradução.

Em momentos em que os professores ouvintes utilizavam diretamente a língua de sinais para falar ou explicar algo aos alunos surdos, os surdos pareceram ter mais facilidade em compreender as informações do que quando a informação era traduzida. Os professores que não sabem língua de sinais dependem dos intérpretes para explicar ou se comunicar. Muitas vezes, os professores ouvintes que não conhecem a língua de sinais não pensam em estratégias para que as informações fiquem mais claras para os alunos surdos. Assim, o que acontece é que os intérpretes acabam sendo considerados responsáveis pelas adaptações e explicações. O que se tem discutido é que o papel dos intérpretes não é de pensar estratégias de ensino, mas, sim, possibilitar acesso a informações em outras línguas através da tradução.

Portanto, a presença do intérprete é importante para que aconteça a inclusão das pessoas surdas nos diferentes espaços, mas, nos espaços educacionais, não há necessidade apenas da transmissão de ideias, mas também da interação entre os pares, produção de sentidos e construção de conceitos. A presença do intérprete pode não garantir isto, já que na interpretação algumas ideias não são possíveis de ser apenas traduzidas.

Em lugar de um incômodo "problema teórico" que precisaria ser resolvido a qualquer custo, principalmente em nome dos interesses desta ou daquela disciplina, o reconhecimento da visibilidade do tradutor (e da tradutora) passa a abrir novas perspectivas e a construir novas interfaces que não têm como metas a perseguição irredutível do mesmo e a "disciplina" da tarefa tradutora, mas o exame das consequências e implicações da complexa produção de significados que qualquer tradução necessariamente promove entre o doméstico e o estrangeiro, entre tradutor e autor, ou entre o "mesmo" e o outro (ARROJO, 1998, p.454).

Segundo Arrojo (1998, p.454), a relação que comumente existe entre professores e intérpretes pode tornar a compreensão mais complicada. A interação entre professores que não conhecem a língua de sinais nem sempre possibilita a escolha de estratégias de ensino adequadas à língua de sinais.

Os alunos surdos, muitas vezes, no curso que realizei, solicitaram aos professores que explicassem diretamente em Libras para facilitar a compreensão. A partir destas experiências, percebi a importância de se pensar em políticas educacionais e linguísticas para o ensino superior.

Este trabalho tem como foco a Educação Bilíngue no Ensino Superior, observando a dinâmica em determinada Instituição Federal, buscando alinhar pesquisa teórica, entrevistas com estudantes e observação do cotidiano em relação à interação entre professores/estudantes e o uso da língua de sinais.

Além do objetivo apresentado acima, também pretendo observar como os professores atuantes no curso de pós-graduação bilíngue observado utilizam ou não a língua de sinais. Pretende-se observar também como esta utilização ajuda na interação entre alunos e professores e entre alunos e o conteúdo discutido, estratégia de percepção/ recepção para alunos surdos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Recentemente, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais tem sido implementada nos cursos de Ensino Superior de Formação de Professores, atendendo ao que é estipulado pelo Decreto 5626/05. Algumas pessoas estudam a disciplina de Libras, mas além de aprenderem pouco sobre a língua de sinais, não conhecem a história, a cultura nem o pensamento surdo. Embora a língua de sinais tenha ganhado maior visibilidade, ainda não temos professores bilíngues formados suficientemente ou que usem a língua de sinais em sala de aula.

Certamente, há um ganho com a difusão desta língua, suas características e o reconhecimento da diversidade linguística que perpassa a comunidade surda, mas não se pode esperar que essa disciplina torne os professores bilíngues. (LACERDA, 2015, p. 37).

O Decreto tem orientações de educação bilíngue para níveis diferentes (infantil, fundamental, médio e superior), mas nem todos com a descrição da implementação das ações. Um espaço bilíngue não significa apenas manter a presença de intérpretes ou de pessoas que saibam Libras. De fato, um espaço bilíngue precisa tornar disponível interação entre alunos, professores e outros profissionais, respeitando as duas línguas que devem circular no ambiente, sem impedimentos.

Há que se ter cuidado para que essa exigência quanto à aprendizagem da Libras não seja vista como um conhecimento a ser incorporado pelo professor em sala de aula regular quando ministra suas aulas, pois isso implicaria uma prática de comunicação bimodal, na qual sinais são usados na estrutura da língua portuguesa, desrespeitando-se, assim, a língua de sinais, como ocorreu no passado, com sérios prejuízos para educação dos surdos. Uma prática bilíngue sem a presença do intérprete só poderia ser desenvolvida por institui-

ções de ensino para surdos ou em classes cuja língua de instrução seja a Libras, voltadas preferencialmente para alunos surdos, nas quais todo o ensino será então realizado por meio da Libras. (LACERDA, 2015, p. 38).

O espaço acadêmico, para ser confortável para o surdo, precisa ter respeito à sua cultura; precisa ter também professores que façam instrução em Libras, permitindo que o aluno se desenvolva bem, sem impedimentos. Na pós-graduação, isto é um fator importante para que o pesquisador surdo possa desenvolver maneiras de pesquisar e, assim, crescer academicamente.

O espaço de conforto e a relação de acadêmicos de mestrado e doutorado que compartilham o mesmo espaço universitário, além das oportunidades de pesquisa e aquisição de conhecimentos. Nesse âmbito há duas áreas de estudos surdos que se confluem: a Educação e a Linguística. As áreas de pesquisas acadêmicas mais avançadas em nível de pós-graduação mantêm uma relação de liberdade e acolhimento do surdo que vive sua cultura surda, subjetividade e política de conforto em espaço até então inexplorados. Então, sugiro que o surdo mostre sua experiência de pesquisa mais ligada às especificidade e opiniões de cada um no estudo dos problemas teóricos e práticos no que concerne às pesquisas de sua língua, identidade e cultura. A relação no espaço de conforto no programa de pós-graduação será importante para o pesquisador surdo universitário e as pesquisas conterão o teor do surdo narrando o próprio surdo, valorizando sua identidade e seu espaço de conforto. Espero que essa grande oportunidade de espaço de conforto seja a oportunidade de o surdo universitário pesquisar fatos relativos, também, à educação de surdo no Brasil. (SCHMITT, 2008 p.103).

SOBRE A INSTRUÇÃO EM LIBRAS

A proposta de Educação bilíngue para surdos, com instrução em Libras, envolve o reconhecimento da língua de sinais como

língua do sujeito surdo, sua primeira língua. Envolve compreender também que, para estes sujeitos, a língua portuguesa é a segunda língua. Assim como ocorre em salas de aulas de ouvintes, a instrução possibilitará maior desenvolvimento caso o professor o faça na língua natural de seus alunos. Assim, em um ambiente de educação de surdos, a instrução deveria acontecer em Libras – sem a mediação de intérprete – tendo professores bilíngues que possam apresentar os conceitos diretamente na língua de sinais, contribuindo para a valorização dos valores e interesses da comunidade surda, bem como melhorando a qualidade da educação oferecida.

A perspectiva de instrução possibilita que os professores se tornem modelos, ou seja, referências para os alunos surdos e ouvintes com relação à língua de sinais e seu uso formal, acadêmico e científico. Além do espaço de sala de aula, um ambiente onde a língua de instrução seja a língua de sinais promoveria a expansão do seu uso em outros espaços e serviços, como bibliotecas, secretarias, diretoria, entre outros. Vale lembrar que “a instrução se refere à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados” (LIBÂNEO, 1994. p.23).

A língua de sinais se tornaria a língua de uso majoritário no ambiente educacional, diminuindo as barreiras de comunicação, independente se há surdos ou ouvintes no espaço. A língua de sinais seria a língua de contato entre surdos e surdos, surdos e ouvintes, ouvintes e ouvintes; criando um espaço onde as informações, modos de falar, vocabulário, estariam circulando e favorecendo o desenvolvimento. O uso e o respeito à Libras como língua de instrução, usada sempre, permitiria aos surdos conversar, terem orientações diretamente, ajudando para a melhoria da qualidade da comunicação, tornando este espaço confortável.

A linguagem não se presta apenas à comunicação. É nas interações com os outros que ela se materializa, não só a si mesma, mas também aos sujeitos que por ela se constituem, internalizando formas de compreensão do mundo, construindo sis-

temas antropoculturais de referencia e fazendo com que sejamos o que somos: sujeitos sociais, ideológicos, históricos, em processo de constituição contínua.(GERALDI, 2010.p.10).

Quando os surdos estão presentes em sala, eles não precisam só ter acesso à instrução do professor - por meio da tradução -, mas necessitam de interação, acesso às discussões e informações paralelas, participar das conversas, e assim por diante.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa tem como base o estudo das políticas linguísticas para a comunidade surda com base no que é apresentado no Decreto 5.626/05. Este Decreto dispõe, entre outros temas, sobre Educação, falando sobre os ajustes possíveis nos diferentes níveis e etapas. Ao falar sobre educação superior, o texto não afirma que professores são obrigados a ter conhecimento de Libras, prevê somente a presença de intérprete de Libras ou tecnologias de acesso e comunicação. Sobre o ensino básico, o texto tem propostas mais completas:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

- escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Para o ensino superior, parece que as propostas são insuficientes. Dessa forma, o espaço de graduação e pós-graduação ainda pode ser bastante desconfortável para surdos em relação ao uso da língua.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Considerando o ambiente que existe em espaços onde convivem surdos e ouvintes – como no caso dos cursos bilíngues, os professores poderiam aproveitar o contato com os alunos surdos, bem como o espaço de pesquisa e estudos sobre a cultura e a língua surdas. Esse aproveitamento ajudaria a aprimorar suas estratégias de ensino, pensando em como promover a construção de sentidos em língua de sinais para os alunos surdos. Essa interação fortaleceria, ainda, o meio acadêmico, possibilitando que pesquisadores surdos tenham maior acesso aos conteúdos e permitindo que os professores possam ter contato com uma nova didática.

Para pesquisadores surdos, o ingresso no Ensino Superior e nos cursos de pós-graduação ajuda no desenvolvimento acadêmico e diminui as barreiras que antes existiam. Antes, não havia Leis ou Decretos que defendessem os direitos dos surdos, mas, com o tempo, houve oferta de acesso cada vez maior – e essa oferta não pode ser interrompida.

De fato é importante o surdo ter oportunidades nas universidades federais em todo o território nacional para que procure o espaço linguístico/cultural e político na pós-graduação em nível de mestrado e doutorado e também na pesquisa sobre educação de surdo e Língua de Sinais. (COSTA, 2005 *apud* SCHMITT, p.104).

O Decreto 5.626/05 fala sobre bilinguismo e apresenta propostas de Educação Bilíngue na rede regular de ensino para o ensino fundamental e médio, mas sobre o ensino superior a matéria ainda é insipiente. Parece necessário se discutir maneiras para complementar as discussões sobre o bilinguismo no ensino superior, reconhecendo a legitimidade da língua e da cultura surdas também nesta etapa, tornando o espaço mais confortável para os estudantes surdos.

Os surdos têm direitos a escolhas na área de educação com sua língua própria. Para isto, esta língua deve estar à disposição nas escolas de surdos e prática pedagógica de ensino favorecendo a competência do professor surdo. A propriedade e o ensino de Libras no espaço de educação de surdo. (SCHMITT, p.106).

As discussões sobre Educação Bilíngue levam a incluir a filosofia bilíngue no Projeto Político Pedagógico do Ensino Superior e precisamos que a educação de/para surdos seja realmente bilíngue. Se faz necessário que o Projeto Político Pedagógico e interdisciplinar dos conteúdos e contextos sejam repensados de acordo com a cultura e a língua dos surdos.

Quando abordamos sobre educação bilíngue, estamos considerando que todos os profissionais se comunicam em Libras e é necessário que os professores sejam bem fluentes em Libras, possibilitando que as diversas situações e interações aconteçam nesta língua, de modo a evitar que haja perdas na transmissão de informações que a comunicação intermediada pelo intérprete de Libras pode ocasionar.

Cabe ressaltar que a educação bilíngue é algo bastante complexo, já que não basta ter alguém presente em sala de aula ou na escola que saiba Libras, mas é necessário que esta língua circule no espaço escolar, que ela seja respeitada e que ela possibilite a construção de conhecimento. (LACERDA, 2015, p.37).

Lacerda (2015) defende que os espaços de ensino funcionem sem presença do intérprete, com professores bilíngues ou fluentes em Libras. O trabalho do intérprete de Libras é importante em diversos momentos – como reuniões, divulgação de informações, acesso a espaços para resolução de problemas. Em relação à instrução, o ideal é que seja em Libras, sendo pensada e organizada com estratégias, recursos e materiais adaptados para alunos surdos.

Para que exista bilinguismo, em toda a comunicação – além da instrução – a língua de sinais precisa ser considerada tanto quanto a língua portuguesa. Por isso, os profissionais – professores ou não, deveriam ser bilíngues. Outra coisa relevante numa Escola Bilíngue (Libras/Língua portuguesa) é a presença de professores surdos. Os professores surdos poderão ser vistos como referência para o aluno surdo, possibilitando a construção de um modelo de identidade e aquisição/desenvolvimento da linguagem (em Libras) como sujeito e a melhoria na sua autoestima, quanto a possibilidade do aluno vislumbrar sucesso para seu futuro. A relação entre professores surdos e ouvintes com os estudantes é muito importante: o surdo percebe que não está mais sozinho, que pertence a um grupo. Os professores, surdos e ouvintes, influenciam as escolhas dos alunos, que internalizam valores importantes na sua constituição como pessoa surda. Isso reforça a importância de que, em projetos de Educação Bilíngue, haja professores bilíngues, professores surdos e que os demais profissionais sejam fluentes em Libras.

Os professores precisam conhecer maneiras de criar estratégias de como adaptar aulas, usando Letramento Visual para alunos, possibilitando que os alunos tenham acesso ao conhecimento, desenvolvendo conceitos, conhecendo teorias e autores e permitindo que haja igualdade no processo de aprendizagem entre os surdos e ouvintes. De acordo com Lacerda, seria excelente se o professor mesmo ensinasse em Libras e então, não precisaria da presença de TILS, tendo a mesma oportunidade que é oferecida aos alunos ouvintes: terem aulas na sua primeira língua.

Diante dessa realidade, questiona-se, com apoio também no Decreto n 5.626, que para a educação infantil e para ensino fundamental (primeira etapa) seria melhor que as crianças surdas frequentassem classes cuja língua de instrução fosse a Libras, para que esses alunos não precisassem da presença de ILS e para que pudessem se desenvolver e construir conhecimentos diretamente em sua língua; ou seja, em condições semelhantes aquelas oferecidas aos alunos ouvintes. (LACERDA, 2015, P.84)

Embora o texto fale da experiência de ensino e aprendizagem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, podemos considerar que em outras situações educativas – outros níveis e etapas – a instrução em Libras pode oferecer conforto aos alunos surdos. A ideia de instrução pode ser considerada diferente de atividades de ensino, pois visa aprimorar habilidades e competências dos alunos para que sejam autônomos no que pretendem fazer. Segundo a obra ICCP (1988), instrução pode ser descrito como uma ação abrangente de formação:

O conceito expressa o resultado da assimilação de conhecimentos, hábitos, e habilidades; se caracteriza pelo nível de desenvolvimento do intelecto e das capacidades criadoras do homem. A instrução pressupõe determinado nível de preparação do indivíduo para sua participação numa ou outra esfera da atividade social. (ICCP, 1988, p. 32).

Instruir é uma ação didática ampla e que deve ser considerada atentamente nos espaços educativos.

SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO

Vygotsky (2008) defende que na interação com o outro o aprendiz passa de um estágio a outro de aprendizagem. A interação, portanto, ocupa um papel importante e não pode ser desconsiderada. A interação, que mencionamos, não é apenas a presença de um

e outro em determinado lugar, mas uma participação interessante em determinada ação e assunto. O professor, que pode ser considerado como mediador do processo, ao interagir diretamente com o aluno, vai favorecer a aprendizagem.

Para discutirmos sobre esta participação e interação, necessitamos discutir sobre a diferença linguística presente nos espaços bilíngues e as conseqüentes especificidades. Por isso, consideramos os trabalhos realizados por Gesser (2012; 2009) sobre a língua de sinais e os mitos que muitas vezes são associados a ela, bem como a discussão sobre a aprendizagem por parte dos ouvintes da língua de sinais. Estas obras podem colaborar para pensar nas diferenças entre a língua de sinais e a língua portuguesa e como tais diferenças interferem nos espaços de aprendizagem.

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros frequentemente vivem num ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma comunidade surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles fazem parte de uma sociedade nacional, com uma língua de sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país. (QUADROS; SUTTON-SPENCE, 2006. p, 111).

Quadros e Sutton-Spence (2006) falam sobre a identidade e cultura surdas, mostrando a necessidade de compreender a complexidade da comunidade surda – no espaço nacional e no mundo – para que seja possível uma interação em sociedade, com ambiente bilíngue e com pessoas ouvintes de seu país.

Segundo Skliar (1998), não pode ser possível compreender ou aceitar o conceito de cultura senão através de uma leitura multicultural, ou seja, a partir de um olhar de cada cultura em sua própria lógica, em sua própria historicidade, em seus próprios processos e produções.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A história da educação de surdos é bem longa, mas vamos iniciar com a fundação da primeira escola dos surdos, em Paris, em 1712. Charles L'Épée encontrou uma menina surda e, ao analisar que ela se comunicava usando os sinais, criou uma metodologia de alfabeto manual e soletração, com empréstimo linguístico da língua francesa. L'Épée usou método de ensino com a língua de sinais francesa e alfabeto manual, então, os surdos tinham contato com professor surdo.

Em relação ao Brasil, nosso país, D. Pedro II escreveu uma carta e enviou um grupo à França para pesquisar sobre educação de surdos. Depois, convidou o professor surdo E. Huet para vir ao Rio de Janeiro, e, após a sua chegada, aconteceu a fundação da escola dos surdos, em 1857. Segundo a autora Rocha (2008), esta escola chamava-se Imperial Instituto Surdos-Mudos; atualmente chama-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Atualmente, o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES -, não só oferta vagas na Educação Básica, mas também no Ensino Superior – com a faculdade de Licenciatura em Pedagogia e cursos de pós-graduação *lato sensu*.

METODOLOGIA

Este trabalho busca ter uma abordagem qualitativa, levando em conta a teoria estudada e apresentada até aqui e as falas/observações feitas. O estudo traz entrevistas feitas com dois estudantes surdos de cursos do ensino superior bilíngue: um do curso de graduação e outro da pós-graduação, doravante S1 e S2. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2015, depois de apresentar este projeto de pesquisa como parte do

trabalho de conclusão de curso. Ambos os registros se mostraram importantes, pois os alunos puderam relatar suas experiências em sala de aula e suas impressões sobre a interação em língua de sinais que ali acontece.

S1 é surda, sinalizante desde criança, conhece bem língua de sinais, morava em Minas Gerais e mudou-se para Rio de Janeiro. Ela estudava em escola inclusiva, trabalhava como auxiliar na FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), teve experiência com a comunidade surda, participando da associação dos surdos. Atualmente trabalha como instrutora de Libras em escola inclusiva.

S2 é surdo, sinalizante desde criança e conhece bem língua de sinais. Quando era criança estudava no INES, até a formação no Ensino Médio. Depois cursou Letras/Libras (curso de graduação, na modalidade EAD) no ano de 2006; após a formatura em 2010, ele estava experimentando participar dos movimentos de luta da comunidade surda, atuando como presidente da ASURJ, e atualmente trabalha como professor de Libras universitário.

Analisar as entrevistas dos dois surdos no ensino superior se fez necessário para registrar as narrativas dos próprios surdos sobre o espaço bilíngue no ensino superior. Para compreender a realidade deste espaço, é importante conhecer as narrativas dos surdos, suas experiências. Estas entrevistas proporcionaram ter contato com a perspectiva destes alunos da proposta de educação bilíngue.

A partir dos dados da pesquisa, elegi quatro categorias para análise: 1) *a relação entre professor e aluno* no espaço de ensino superior bilíngue: propondo que os professores organizem as aulas considerando as diferenças linguísticas; 2) *a língua de sinais e os processos de aprendizagem*: discutindo a proximidade dos conteúdos discutidos em aula com a língua de sinais; 3) *a língua de sinais no espaço bilíngue e o conforto na aprendizagem*: as possibilidades de adaptação do espaço educativo com o uso de letramento visual; 4) *instrução em língua de sinais*: os professores que atuam em

escolas e cursos bilíngues necessitam conhecer a língua de sinais e compreender as diferenças linguísticas entre esta e a língua portuguesa.

Para os registros, fiz uso das facilidades proporcionadas pelas tecnologias, utilizando o celular para organizar as entrevistas, agendá-las e registrar a participação dos surdos em língua de sinais. O uso das tecnologias são admitidas como possibilidade na pesquisa por vários pesquisadores, como o citado a seguir: O método da entrevista se caracteriza pela existência de um entrevistador, que fará perguntas ao entrevistado anotando as suas respostas. A entrevista pode ser feita individualmente, em grupo, por telefone ou pessoalmente (MATTAR, 1996,p.3).

Segundo Mattar (1996), o método da entrevista pode variar – o que poderia incluir usar celular. O essencial é o registro das respostas. Então, aproveito para complementar e utilizar celular que permite o envio de vídeos através de diversos aplicativos e a criação de grupos de conversas que facilitam a comunicação e o registro.

Segundo Marconi e Lakatos (1996), a entrevista pode ser de três tipos:

1. Padronizadas (estruturadas): os formulários costumam usar questões fechadas e o entrevistador não pode alterar a ordem das questões, ou criar novas questões.
2. Despadronizadas (não estruturadas): os formulários usam questões abertas e o entrevistador tem liberdade de formular novas questões, conduzindo a entrevista.
3. Paineis: as entrevistas são repetidas de tempos em tempos com os mesmos elementos da amostra, para avaliar a evolução das opiniões das pessoas. (*apud* CARNEVALLI; MIGUEL, 2001).

Neste trabalho, optei por entrevistas padronizadas, para que os estudantes pudessem relatar de forma pontual como se sentem e como observam o uso da língua de sinais no Ensino Superior.

ANÁLISE

A análise das falas foi organizada com base nos seguintes conteúdos: política linguística, instrução em Libras, prática de ensino em Libras. As entrevistas foram anotadas e foram registradas nas falas dos alunos como o bilinguismo acontece na sala de aula do ensino superior do qual eles participam.

As questões feitas aos alunos surdos bem como a transcrição das respostas dadas foram guardadas em arquivo pessoal do autor.

A RELAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO ESPAÇO DE ENSINO SUPERIOR BILÍNGUE

Ao entrevistar os alunos, foi notado que alguns dos professores ouvintes que atuam no Ensino Superior Bilíngue observado não sabem língua brasileira de sinais. Isso faz com que suas aulas sejam dadas em língua portuguesa e traduzidas por um intérprete para a língua de sinais. Apesar de ser nomeado como um espaço bilíngue, nem sempre as apresentações feitas consideram as diferenças linguísticas entre a língua portuguesa e a língua de sinais.

Num espaço bilíngue, os professores deveriam organizar as aulas considerando as diferenças linguísticas, contemplando os alunos surdos com estratégias adequadas. Ao ser perguntada sobre sua interação com professores em sala de aula na pós-graduação, a aluna comentou:

Durante o curso, não entendi alguns dos professores e intérpretes. Outros professores com intérpretes eu entendi, pois o professor, além de falar, escrevia o texto no quadro, o intérprete podia seguir o texto. Mas entendi pouco, pois faltou que o professor explicasse melhor o conceito do texto.

Também não há combinados entre intérpretes e professores a respeito dos textos trabalhados e sua tradução. Podiam, professor e intérprete, fazer combinados para que a tradução ficasse mais clara. O professor está preocupado em usar um português elaborado e elegante, mas não preciso disso! Para nós surdos é mais importante ter uma boa relação com o professor, e se tivermos dúvidas poderemos conversar com eles e entender bem... mas infelizmente faltaram estratégias na sala de aula.

Não entendi todos os intérpretes não, não perfeitamente, mas alguns são bons, uns cinco. E tem professora que sabe Libras, mas não muito bem. Se ela mesmo explicar, consigo entender bem. Com intérprete é diferente, só resume o que o professor diz. (S2).

Segundo a fala da aluna, podemos perceber que a interação em sala de aula, entre os alunos surdos e os professores ouvintes nem sempre acontece de forma confortável. Se os professores conhecem a língua de sinais, bem como cultura surda e outras questões da área, ele poderá se sentir mais apto para desenvolver estratégias de ensino e até mesmo favorecer que o trabalho do intérprete (quando necessário) seja feito de forma mais direcionada.

As diferentes identidades podem compartilhar o mesmo tempo espaço-social, por exemplo, surdos com ouvintes, mas respeitando as diferenças, participando juntos da sociedade. O surdo deve construir sua identidade própria e peculiar, lutando pelo direito cultural e social. No que diz respeito à diferença cultural do povo surdo, a comunidade imaginada como nação ocorre no tempo homogêneo da narrativa de ambas as culturas surda e ouvinte conquistando seus respectivos espaços. (SCHMIT, 2008, p. 114).

Surdos e ouvintes poderiam, assim, se beneficiar das aulas e dos conhecimentos ali ensinados.

A LÍNGUA DE SINAIS E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Ser ensinado na sua própria língua possibilita que os surdos possam fortalecer seus laços com sua identidade e língua, além de fomentar o seu desenvolvimento. Além disso, essa proximidade do conteúdo com a língua torna as relações no processo de aprendizagem mais fáceis.

Eu prefiro que o professor que sabe Libras dê aula em Libras. Não precisa ser fluente em Libras, dá pra entender. O principal é que tenha estratégias e boa relação com o aluno para que ele entenda bem. Então, acho melhor que o professor dê aula em Libras, sem intérprete na sala de aula. Caso o professor não saiba Libras, aí sim chame um intérprete, mas que o próprio professor tenha estratégias de ensino para alunos surdos, com as matérias bem organizadas. Pois, caso não seja fluente em Libras, boa didática e estratégias adequadas podem ser suficientes. Assim, quando o professor não faz estratégias pode ser complicado em sala de aula. (S2)

Eu senti que dava pra entender quando os professores mesmo falam em Libras. Outros professores que não são fluentes em Libras precisam de intérprete, mas como falam muita coisa, o intérprete traduz muito rápido, tem alguns que não consigo entender mesmo. (S1)

Segundo as falas dos alunos, algumas vezes o ambiente que é denominado bilíngue mantém barreiras para o desenvolvimento dos alunos surdos, pois muitas vezes faltam estratégias e recursos.

Há que se ter cuidado para que essa exigência quanto à aprendizagem da Libras não seja vista como um conhecimento a ser incorporado pelo professor em sala de aula regular quando ministra suas aulas, pois isso implicaria uma prática de comunicação bimodal, na qual sinais são usados na estrutura da língua português, desrespeitando-

se, assim, a língua de sinais, como ocorreu no passado, com sérios prejuízos para educação dos alunos. (LACERDA, 1996).

LÍNGUA DE SINAIS NO ESPAÇO BILÍNGUE E O CONFORTO NA APRENDIZAGEM

Quando o professor conhecia e usava a língua em sala de aula, a instrução ocorria na própria língua dos alunos surdos e, além disso, houve uma adaptação com o uso de letramento visual, imagem, didática, dinâmica completa, valorizando a política de instrução em Libras. Mais uma vez volto à fala da estudante:

Eu prefiro que o professor que sabe Libras dê aula em Libras. Não precisa ser fluente em Libras, dá pra entender. O principal é que tenha estratégias e boa relação com o aluno para que ele entenda bem. Então, acho melhor que o professor dê aula em Libras, sem intérprete na sala de aula. Caso o professor não saiba Libras, aí sim chame um intérprete, mas que o próprio professor tenha estratégias de ensino para alunos surdos, com as matérias bem organizadas. Pois, caso não seja fluente em Libras boa didática e estratégias adequadas podem ser suficientes. Assim, quando o professor não faz estratégias pode ser complicado em sala de aula. (S2)

Então, para que os alunos se sintam confortáveis na sala de aula, os professores precisam fazer planejamentos e ter práticas adequadas, utilizando letramento visual.

A relação no espaço de conforto no programa de pós-graduação será importante para o pesquisador surdo universidade e as pesquisas conterão o teor do surdo narrando o próprio surdo, valorizando sua identidade e seu espaço de conforto. Espero que essa grande oportunidade de espaço de conforto seja a oportunidade de o surdo universitário

pesquisar fatos relativos, também, à educação de surdo no Brasil. (SCHMITT, 2008, p. 104)

INSTRUÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS

Quando o professor conhece a língua de sinais e compreende as diferenças linguísticas, pode organizar-se de forma a atender bem aos alunos surdos, tornando mais clara a apresentação dos conceitos para eles. Sendo os professores do curso bilíngue, podem conversar, orientar e responder diretamente aos alunos surdos, colaborando para a melhoria da qualidade da comunicação que acontece neste espaço.

Minha experiência nos cursos de ensino superior (pós-graduação,) agora e no passado, é de cursos com propostas insuficientes de instrução em Libras. Parece que apenas 15% das coisas eu aprendi, porém os outros 85 % foram de aulas que não me davam prazer em nada. Sobre os professores ouvintes e intérpretes as estratégias variavam, alguns melhores outros piores. Mas a maioria não dá aula em Libras. (S2)

Com instrução de Libras entendi, então, há tempo período até atual, mas tive o professor do surdo foi instrução de Libras é maravilhoso, pois parece igual como surdo por nos fazer entender claro, bem, faz classificado excelente. Outras, pessoas ouvintes que não sabem Libras, e tem alguns sabem pouco de Libras, então faltam significados como conceito, também faltam explicar exemplo e por escuro e pouco de Libras, mas mesmo personagem o professor surdo melhor. A maioria dos professores fala muito com intérprete, que faz tradução rápido. Alunos surdos sentem insuficiente na sala de aula, disse verdade, já que inclusão entre estudantes surdos e ouvintes... então professor faz instrução de falar sobre exemplo e eles ouvintes, na sua língua português têm conforto, mas os surdos estavam insuficientes por trabalho muito por barreira. Queria sonhar que podia os

professores precisam respeito sua língua, que é Libras. Eles precisam esforçar como fluente de Libras e sua língua instrução e suficiente. (S1)

De acordo com os alunos, as barreiras permanecem em sala de aula, pois o trabalho do professor nem sempre tem sido suficiente. Os professores de cursos/escolas bilíngues precisam considerar as diferenças linguísticas e respeitar a língua de sinais, planejando ações de ensino em Libras.

Uma prática bilíngue sem a presença do intérprete só poderia ser desenvolvida por instituições de ensino para surdos ou em classes cuja língua de instrução seja a Libras, voltadas preferencialmente para alunos surdos, nas quais todo o ensino será então realizado por meio da Libras. (LACERDA 2015, p. 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa bibliográfica realizada sobre educação bilíngue e políticas linguísticas, e as narrativas de alunos surdos que experimentam cursos de Ensino Superior Bilíngues.

Uma consideração importante a ser feita é sobre a consciência e o respeito com a língua de sinais. Em muitos espaços, a língua de sinais já é aceita e utilizada por profissionais. No Ensino Superior, talvez por carecer de políticas mais específicas, ainda é necessário que isso seja ampliado. A interação entre alunos e professores – mesmo no ensino superior – é muito importante para o desenvolvimento. É necessário incentivar que os professores conheçam, pesquisem sobre a língua de sinais também nesta etapa.

A presença de alunos surdos e ouvintes nas classes de ensino superior pode permitir que as línguas sejam exploradas pelos dois grupos: ouvintes, na sua interação com os surdos, podem aprender a língua de sinais ou aprimorar o conhecimento que têm

delas; surdos, no contato com ouvintes, podem conhecer um pouco mais da língua portuguesa e da sua estrutura.

Além disso, num espaço bilíngue, os alunos surdos devem encontrar disponíveis em Libras os diversos serviços ali oferecidos, sendo aconselhável que os diversos profissionais ali conheçam e utilizem a língua de sinais. O uso preferencial da língua de sinais, nos espaços onde surdos estão, mostra respeito e permite o acesso dos surdos à informação. O ideal é que evitem o uso do português oral para não privar os surdos do acesso.

É necessário que os professores conheçam mais sobre a língua e cultura surdas, também sobre educação bilíngue e sobre as políticas linguísticas do país. Dessa forma, seria possível mudar e melhorar a qualidade da metodologia usada no Ensino Superior bilíngue, conseguindo estabelecer políticas e ações que favoreçam o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades surdas.

Espera-se que este trabalho colabore na formação de professores, discutindo sobre o papel que este ocupa em sala, pensando em como diminuir os prejuízos e empecilhos encontrados pelos surdos no seu processo de aprendizagem, ainda que em espaços com propostas bilíngues. É necessário que cada vez mais discussões sobre o ensino e aprendizagem em língua de sinais tenham espaço nas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARROJO, Rosemary. Os estudos da tradução como área de pesquisa independente: dilemas e ilusões de uma disciplina em (des) construção. *Delta*, São Paulo, v. 14, n.2, p. 423-454, 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Educação de Surdos. *Histórico*. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/index.php/ensino-superior/departamento-de-ensino-superior-desu/historico> Acesso em: 2 jul. 2015

BRASIL. Universidade Federal Santa Catarina – UFSC. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificas/literaturaVisual/scos/cap_30844/1.html Acesso em: 29 ago. 2015

BRASIL. Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010. Art. 1^o Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 29 ago. 2015

BRASIL. Decreto 5.626/05 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.html Acesso em: 29 ago. 2015. Acesso em: 29 ago. 2015

BRASIL. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispoe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm Acesso em: 29 ago. 2015

BRASIL. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Regulamenta a Lei 12.319, de 1 de setembro de 2010. O exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que dispõe sobre promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzidas, e da outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm Acesso em: 29 ago. 2015

CARNEVALLI, José Antônio; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. *Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de um estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil*. ENGEPE, 2001. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAAa hUKEwjoo-PeW3oHJAhWJIpAKHUJ5DWQ&url=http%3A%2F%2Fwww.abepro.org.br%2Fbibl/iote-ca%2FENEGEP2001_TR21_0672.pdf&usg=AFQjCNGCJkZG4hvc1Ac-NUTneYmWgPTGjg&sig2=Zbz-

SdNqjQQHqAftKIMung&bvm=bv.106923889,d.Y2I . Acesso em: setembro de 2015.

GERALDI, Joao Wanderley. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & Joao Editores, 2010.

GESSER, Audrei. *O ouvinte e a surdez: sobre o ensinar e aprender Libras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GESSER, Audrei. *LIBRAS: que língua é essa? - Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ICCP. *Pedagogia*. La Habana: Pueblo y Educación, 1988.

KARNOPP, Lodenir. ; QUADROS, R. SUTTON-SPENCE. *A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas*. Literatura Surda. UFSC - Florianópolis, 2008.

LACERDA, Cristina B. F. de. *Interprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. 7.Ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LIBÂNEO, Jose Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, Fauze. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 1996.

QUADROS, Ronice; SUTTON-SPENCE, Rachel. Poesia em Língua de Sinais: Traços da Identidade Surda. In: QUADROS, R.M. *Estudos Surdos I*, Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice; FERNANDES, E. (orgs.). *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre: Medição, 2005.

SCHMITT, Deonísio. Espaço de conforto linguístico/cultural dos surdos na UFSC. In: QUADROS, R.M. *Estudos Surdos III*, Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

ROCHA, Solange. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SKLIAR, Carlos. Não pode ser possível compreender ou aceitar o conceito de cultura. ANAIS ... SIELP. v. 2, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

VYGOTSKY, Lev. *A Formação Social da Mente*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.